

PODER, TERROR, PAZ E GUERRA

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Arthur Ituassu

HÁ MUITO MAIS ENTRE George Bush e Michael Moore do que supõe a nossa vã filosofia. Em tempos de mudanças e incertezas, é fácil perceber como o pensamento corre o risco de se tornar refém dos extremos. Estar contra ou a favor de algo, pró ou anti alguém, no entanto, pode não significar muito.

Walter Russell Mead é um prestigiado analista da política externa norte-americana. Consegue aliar clareza e profundidade com a proeza de transformar livros sobre o tema em best-sellers. É certamente, hoje, um dos pensadores da área que mais têm alcance de público, sem que isso signifique abrir mão da complexidade que as relações internacionais contemporâneas exigem. Tudo isso lhe garante um papel de dupla influência, tanto nos debates da área quanto nos corredores de Washington.

Poder, terror, paz e guerra não é um livro para justificar ou legitimar as ações dos Estados Unidos no plano internacional. Não é um livro para enaltecer cegamente como a diplomacia norte-americana vem se comportando desde os atentados de 11 de Setembro. É um livro, no entanto, sobre o papel dos EUA e da diplomacia norte-americana na vida global. Não é um livro contra ou a favor dos Estados Unidos. É um livro sobre os Estados Unidos e o mundo, escrito do ponto de vista de um norte-americano

cuja inteligência o impediria de estar preso aos extremos, aos absolutos que encantam as massas e bloqueiam o pensamento.

A tese de Walter, como o autor gosta de ser chamado, é a de que há uma mudança paradigmática na dinâmica do sistema capitalista. Isso não significa apontar, mais uma vez, para a mãe atual de todos os órfãos: a globalização – apesar de a globalização ser parte integrante do processo –, mas ressaltar a passagem do sistema capitalista “fordista” do pós-Segunda Guerra Mundial para o “do milênio” do fim do século XX.

As diferenças entre os dois sistemas são muitas e não se limitam apenas ao terreno da economia. No entanto, de uma certa forma, enquanto o primeiro modelo tem por base o consumo de massa, os Estados grandes e interventores, a autonomia, a proteção, as garantias; o segundo traz outros valores como a produtividade, a liberdade, o indivíduo, a interdependência. Mais uma vez não se trata de um “bem” e um “mal”, mas de uma real mudança nas estruturas do capitalismo mundial.

Para o autor, os Estados Unidos hoje experimentam uma forte sensação de “renascimento” dado ao fato de que o país foi capaz de se ajustar a essas transformações mais rapidamente que as outras nações do planeta, servindo inclusive, neste sentido, como um motor da própria transformação. Tal habilidade gerou uma ampliação do poder relativo norte-americano, em especial no que diz respeito aos quesitos clássicos ligados à capacidade econômica e militar.

Ao mesmo tempo, esse “novo” Estados Unidos chegou acompanhado das tradicionais correntes da política externa norte-americana – tema de outro livro importante do autor¹ –, não como um conjunto de idéias estanques, mas como noções transformadas pela história. É nesse sentido, por exemplo, que o velho wilsonianismo é absorvido pelo neoconservadorismo norte-americano no que diz respeito à promoção da democracia, mas não à antiga ênfase nas instituições internacionais da corrente ligada ao ex-presidente Woodrow Wilson.

No entanto, como aponta Walter, de forma absolutamente sagaz, a associação ideológica do processo de transformação do

capitalismo com os Estados Unidos gera um efeito contrário ao aumento da capacidade relativa do país. Em relação aos aspectos não-coercitivos do poder, a identificação fortalece os sentimentos de antiamericanismo no mundo, originado muitas vezes entre os que mais sofrem com os custos da mudança – e os que menos têm o amparo do poder público.

Sendo assim, o processo de desgaste da liderança norte-americana no mundo, fundamental para a construção do ambiente pós-Segunda Guerra Mundial, na verdade, apenas se exacerbou durante o governo Bush, não somente pelas características deste próprio governo mas pelo impacto que os atentados de 11 de Setembro causaram na política norte-americana.

Dessa forma, em meio a um vazio de respostas no que diz respeito à segurança nacional, dado o fato de que o mecanismo clássico da Guerra Fria – a deterrência (ou dissuasão) – é incapaz de conter um ataque do “grande terrorismo”, a saída para os Estados Unidos encontrar novamente o seu papel no ambiente internacional passa por um plano de contenção, não só do terror, mas também da deterioração do seu poder não-coercitivo. Tal estratégia seria capaz de colocar o país mais uma vez na posição de construir alianças internacionais em prol da resolução de um problema tipicamente global.

É nesse sentido que Walter defende uma frente de combate ao terror que inclua, entre outras coisas, um papel dos Estados Unidos no conflito israelense-palestino (fonte certa de antiamericanismo no mundo muçulmano) mais equilibrado e preocupado com as causas dos árabes; um comportamento pró-ativo do país no que diz respeito ao combate à pobreza (de uma forma que procure melhorar o acesso do pobre ao sistema capitalista e não que deseje paternalística e ineficientemente protegê-lo do mesmo); e uma ação estratégica de Washington em prol de reformas na representação dos países nas Nações Unidas (inclusive com o apoio à presença permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU), bem como em favor do fortalecimento das organizações regionais.

Entretanto, as excelentes análises e sugestões do autor sobre as relações entre os Estados Unidos e o mundo contemporâneo não são o mais importante da obra. O que há de melhor – e mais raro atualmente, em especial no que tange a esse tema – é o fato do debate não se fechar junto com o livro, após a leitura da última página. Em meio a um mundo de perguntas e transformações, nada pior que a certeza.